

Disputa dura 3 anos

Ao garantir ontem que as escolas particulares continuarão determinando a forma de reajuste de suas mensalidades, José Aurélio de Camargo, presidente do Sindicato Estadual dos Estabelecimentos de Ensino Particular de São Paulo (Sieesp), decidiu enfrentar, pela terceira vez desde 1989, as determinações do Ministério Público sobre a legalidade dos contratos escolares adotados há dois anos.

Uma intensa batalha jurídica vem sendo travada pelo Ministério Público e por centenas de pais inconformados com as decisões dos donos de escola. O Ministério tenta invalidar em ações civis públicas os princípios que permitem à escola fazer contratos de matrícula. Os pais querem, em ações individuais, garantir o direito de conter os reajustes que consideram abusivos. As discussões jurídicas, no entanto, são longas e complexas.

O Ministério Público conse-

guiu, em outubro de 1989, liminar invalidando os contratos das escolas. Três meses depois, foi a vez do Sieesp obter, através do mesmo recurso jurídico, a suspensão do efeito da liminar. Em julho 1990, a ação movida pelo Ministério Público foi julgada procedente, mas o sindicato conseguiu outra vez suspender seu efeito e apelou para o Tribunal de Justiça do Estado. Há cinco dias, novamente o Ministério Público conseguiu mudar as formas de reajustes dos contratos.

Para o promotor José Geraldo Filomeno, que publicou há poucas semanas um livro de 600 páginas sobre as questões jurídicas das mensalidades, entre as dificuldades que o poder público enfrenta, está a falta de uma fiscalização eficiente, que deveria ser feita pela Sunab. Para Hebe Tolosa, advogada de pais de alunos, a morosidade da Justiça também atrapalha. "Nunca se chega ao final da discussão", reclama.